



A IDENTIDADE (EM CRISE) DO PSICÓLOGO

Nelson Coelho Junior*

Este artigo é intencionalmente polêmico. Discutir a *identidade* do psicólogo pode até soar como provocação depois de pelo menos duas décadas tão claramente voltadas para a investigação da *diferença*. Afinal, identidade é a noção que, associada à de unidade, é o foco das críticas contemporâneas a um modelo conservador de cultura, que negaria as diferenças e a multiplicidade. Como nos lembra Benoit (1981) no início de sua fala no Seminário "A Identidade", coordenado por Lévi-Strauss em 1974: "Em uma época aparentemente dedicada a explorar a diferença pode parecer um desafio propor uma investigação sobre a identidade" (p. 11).

Falar em identidade é ser politicamente incorreto; é ser individualista, essencialista, a favor dos modelos dominantes em determinada sociedade e, portanto, ser contra a diferença e a multiplicidade. Talvez seja aceitável falar em singularidade, mas nunca mais em identidade. Já se passaram vários anos dos simpósios e encontros acadêmicos (Lévi-Strauss, 1981; Anais do I Encontro Interdisciplinar sobre Identidade; PUC-SP, 1983) que procuravam de alguma forma conferir algum valor positivo à noção de identidade. As proposições de Erksion (1968) sobre a identidade, e mais especificamente sobre a "crise de identidade" parecem não ter sobrevivido às críticas generalizadas à psicologia do ego norte-americana: na melhor das hipóteses uma teoria ingênua, mas que para muitos não passou de um exemplo de distorção do pensamento freudiano (é a posição lacaniana, por exemplo) e de uma prática a serviço do modelo individualista de cultura (Jacoby, 1975), que a todo custo procurava construir

* Professor do Instituto de Psicologia da USP. Doutor em Psicologia Clínica (PUC-SP) e autor de *A força da realidade na clínica freudiana*, São Paulo, Escuta, 1995.

métodos que garantissem a adaptação ou re-adaptação forçada dos "diferentes". Mesmo noções que escapavam das definições mais "individualistas" de identidade, como a noção de representação social (Moscivici, 1961) e identidade social (Goffman, 1963), parecem ocupar um lugar secundário nas discussões contemporâneas. De filósofos, ainda que cada um a sua maneira (Derrida, 1967; Deleuze, 1968), a psicanalistas dedicados à discussão de uma clínica do social (Guattari e Rolnik, 1986; Souza, 1994) ao campo da psicologia (Figueiredo, 1993, 1996; Naffah Neto, 1994), o que predomina é a análise das consequências de um pensamento construído no modelo da identidade e da unidade, e uma clara crítica a essas noções, assim como a defesa constante das noções de diferença e multiplicidade.

Longe de pretender apresentar em profundidade uma análise da oposição entre identidade e diferença, o que procuro colocar em discussão neste artigo é a crise de identidade do psicólogo contemporâneo e o sentido que a noção de identidade e de crise de identidade pode ter sob uma perspectiva que toma como fundamento a noção, do filósofo francês Merleau-Ponty (1964), de uma *Dialética sem síntese*.

Assim, este artigo propõe inicialmente a exploração crítica de dois "tipos" característicos — embora caricatos — de psicólogos, para a seguir debater a oposição entre identidade e diferença e com isso procurar estabelecer as condições para uma reflexão não dogmática sobre o que considero a *necessária identidade permanentemente em crise* do psicólogo.

1

Dizer que não existe um consenso sobre qual é o objeto de estudo da psicologia; que o psicólogo se depara constantemente com a dificuldade de definir os limites de seu campo de atuação, não é uma descoberta nova. Tampouco o constatar que atualmente a formação do psicólogo e as demandas do mercado se caracterizam pela dispersão de campos e atuações.

Uma forma de enfrentar estas questões é procurar refletir sobre quem é o psicólogo, baseado no que *faz* o psicólogo.

Não é minha intenção aqui esgotar, em uma análise, todo o trabalho feito pelo psicólogo atualmente, mas apenas caracterizar aquelas que considero as

duas principais maneiras em que o psicólogo está "atuando" na cultura. Menos do que técnicas, métodos, teorias ou campos de trabalho, estas formas de atuação contemplam atitudes e posturas do que é ser psicólogo e do que é fazer psicologia.

A primeira, e com certeza a que conta com maior número de profissionais, é a que congrega os psicólogos eminentemente "técnicos", nas suas mais diversas áreas de trabalho, seja em consultório, instituições ou como professor.

Talvez a principal característica deste "psicólogo-técnico" seja a de não se questionar, ao mesmo tempo que também não questiona os métodos que emprega. Ele é técnico em contribuições convencionais, apriorísticas e rotineiras. Reproduz técnicas, métodos e procedimentos, abandonando a possibilidade de uma atitude crítica e de um pensamento criativo. Infelizmente parece que as faculdade de psicologia, com muito raras exceções, insistem em continuar formando basicamente este tipo de profissional.

A segunda maneira que vemos aparecer na cultura parece ser a de psicólogos que, se distanciando, de serem "técnicos", caíram em um extremo ainda mais criticável: são aqueles que podemos chamar de "gurus de televisão". É o psicólogo que quer sair do gabinete e procura se utilizar dos meios de comunicação para uma apresentação informal e muitas vezes distorcida do pensamento psicológico. É o psicólogo em busca de um fúlgur sucesso pessoal, que não se cansa de ficar propondo soluções simplistas, mas de impacto, sobre um público sedento por respostas aos seus problemas.

Destaco propositalmente estes dois "tipos", embora reconheça evidentemente a existência de outros, com o objetivo de caracterizar de forma bastante extremada as imagens que considero mais pertinentes da atuação e inserção dos psicólogos na cultura contemporânea. Uso o termo inserção na cultura para designar tanto formas profissionais e bem definidas de atuação do psicólogo como a inserção geral na mídia: esta caracteriza uma outra forma visível de inserção, muitas vezes com impacto mais intenso sobre a construção da imagem de quem é e do que faz o psicólogo e, portanto, da imagem pública mais ampla do próprio campo que define socialmente a psicologia.¹ É evidente que formas críticas e criativas de atuação do psicólogo existem e continuarão a existir. É evidente, também, que não é possível igualar diferentes centros de formação e colocá-los todos como formadores de grupos acrílicos de psicólogos.

O que procuro caracterizar, no entanto, é o risco da predominância dos "tipos" que denominei de "psicólogos-técnicos" e "gurus de televisão", mesmo que aqui e ali surjam focos de resistência.²

Assim, em uma maior abrangência desses pólos do "técnico" e do "guru de televisão" teríamos hoje em dia, de forma bem marcada, dois outros pólos não tão estranhos aos primeiros e que ameacem o campo de atuação dos psicólogos, mesmo que muitos profissionais da psicologia estejam aí engajados acreditando fortemente que realizam grandes contribuições para o crescimento da profissão. Refiro-me, de um lado, ao evidente avanço na crença de que a moderna neurofarmacologia e a psiquiatria organicista possam resolver todos os enigmas que envolvem o "psicológico" e, de outro, ao recrudescimento da crença no poder milagroso das práticas místicas e esotéricas em criarem técnicas e rituais de cura coletiva ou de auto-ajuda.

Temos, portanto, de um lado, certo grupo de "psicólogos-técnicos" defendendo como solução definitiva o uso de antidepressivos e ansiolíticos de "última geração", criando estranhas alianças com a psiquiatria organicista e com a indústria farmacêutica e, do outro lado, os novos "gurus de televisão", obviamente nem todos cles psicólogos, que além da mídia eletrônica tornaram-se o maior sucesso editorial do século, com seus livros de auto-ajuda, marcando inserções muito potentes na cultura. Estas inserções em parte ultrapassam o campo específico das práticas psicológicas, mas nem por isso deixam de questionar diretamente a razão de ser das tradicionais teorias psicológicas, devendo merecer, portanto, uma maior reflexão por parte dos centros de formação e órgãos de representação de classe dos psicólogos.

É claro que tanto no caso dos novos medicamentos como no caso dos "gurus da auto-ajuda", o problema não está no fato de existirem e terem maior ou menor eficácia, mas sim na adesão acrítica de uma parte dos psicólogos a essas correntes e à pouca resistência geral do pensamento crítico em psicologia a movimentos que surgem como negações frontais das características teóricas e éticas mais óbvias que continuam sendo básicas no melhor pensamento psicológico. Este quadro exige, por outro lado, que se coloque em discussão as características éticas e teóricas do pensamento psicológico, que se questione a existência de uma unidade ética e teórica do pensamento psicológico.

Descrita em linhas gerais esta situação, o problema que se coloca a seguir é como enfrentá-la sem recorrer a modelos idealizados e prescritivos de

como formar o psicólogo e de qual deve ser a verdadeira postura e atitude do psicólogo contemporâneo. Será que esta situação faz com que tenhamos que defender uma *unidade* da psicologia, apoiada em certas formas "corretas" e "verdadeiras" de ser psicólogo? A oposição "verdadeiros" x "falsos" psicólogos daria conta da crise da identidade do psicólogo contemporâneo?

2

Cabe colocar neste momento algumas considerações sobre a necessidade ou não da existência de uma *identidade* mais verdadeira do psicólogo, uma identidade que ultrapasse a ilusão dos papéis particulares e circunstanciais vividos pelos diferentes "modelos" e "categorias" de psicólogos. Existe de fato a possibilidade de garantir uma *identidade do psicólogo* que esteja além, que ultrapasse e nos resguarde do risco de sermos "técnicos", "gurus de televisão" ou qualquer outro tipo que contradiga nossa profissão?

Será que existiria algo como a "necessidade histórica da função psicólogo" que estaria fundada em diferentes "personagens", como o *xamã*, na cultura das sociedades primitivas; o *guru* na cultura indiana; o *meistre* nas culturas da China e do Japão; o *filósofo* na Grécia antiga, e *livend*, como imagem-exemplo do psicanalista que ele mesmo "inventou"? "Personagens" que teriam representado para suas culturas aquilo que mais verdadeiramente estaria na raiz do papel do psicólogo? Recorrer à necessidade de uma função quase mítica do papel profissional do psicólogo talvez retrate bem a ansiedade de cada um de nós que vê a profissão que escolheu como um estranho agrupamento de pessoas que muito pouco tem em comum uns com os outros, seja em suas práticas profissionais, seja nas teorias e métodos que deveriam sustentar estas práticas. Mas retratar uma possível função mítica do personagem psicólogo na história das culturas não resolve, é evidente, o impasse que uma prática marcada pela dispersão representa para a construção de uma identidade do psicólogo.

É claro, por outro lado, que diferenças conceituais e práticas estão implicadas em diferentes movimentos subjetivos de identificação. Com o que devemos nos identificar, qual deve ser a verdadeira identidade do psicólogo? A sensação, possivelmente, é de um caos sem denominador comum e sem perspectivas. Vale lembrar, no entanto, que apesar disso muitos de nós falam em

nome *da psicologia*, como se ela fosse bem definida, a mesma para todos.

Mas qual será o grande medo do confronto com a multiplicidade da psicologia, com o fato de a psicologia ser muitas e possibilitar assim uma infinidade de "categorias" de psicólogos? Talvez o medo mais óbvio seja o de que a excessiva fragmentação leve à dissolução de um "conjunto", "conjunto" que em algum nível serve como referência para uso "externo" e "interno". O "conjunto" *psicologia* mantido garantiria a segurança mínima de que todos nós, psicólogos, pertencemos e participamos de algo que nos propicia algum contorno definatório do que somos e do que fazemos. Mesmo que eu discorde e até me envergonhe daquilo que falou um companheiro de profissão em qualquer um dos programas vespertinos da televisão, quando leio escrito *psicólogo*, nos créditos sob o nome do profissional, em algum nível retomo este estranho mas confortável sentimento de pertencer a algo. É claro que reconhecer algum grau de pertencimento à categoria psicólogo não faz com que me sinta igual ao meu colega, nem que não reconheça que podem existir diferentes níveis de comprometimento e identificação com o termo psicólogo que aparece escrito na tela. Mas a palavra psicólogo ali escrita também se refere a mim, e em algum nível me sinto pertencendo a algo a que outros também pertencem.

Este tipo de argumentação em defesa da necessidade psicológica da unidade e da identidade coletiva já foi usado com as piores consequências por polos opostos do espectro das ideologias políticas, o que nunca deve ser esquecido. Mas é um fato que ele reflete um aspecto forte da configuração psíquica das mais diferentes populações e grupos. É claro que nenhum destes processos é simples e nem é possível considerar todos os níveis de relação presentes. Mas, tomando um dos aspectos deste conjunto, penso ser possível afirmar que o processo de constituição da subjetividade depende, em algum grau, do reconhecimento de uma continuidade das semelhanças e dissimelhanças, das igualdades e diferenças no tempo, que caracterizam a oposição de um sujeito a outro, de um grupo a outro. Com isso não quero dizer que um sujeito ou determinado grupo seja uma unidade fechada e imutável que não comporte a multiplicidade, as mudanças e que as diferenças entre o *eu* e o *outro* ou o *nós* e os *outros* sejam claras, permanentes e evidentes. Quero apenas sugerir que existe um reconhecimento, instintivo e operacional, de igualdades e diferenças que faz parte da constituição do que cada um acha que é *ele* e o *outro* ou o *nós* e *eles*.

Para o caso particular em discussão neste artigo, vale refletir sobre o uso

e as consequências que este argumento pode ter quando utilizado em defesa da unidade da psicologia e de uma identidade única para os psicólogos. Concordo com a análise de Figueredo (1993), em seu artigo "Sob o signo da multiplicidade": a partir do qual podemos derivar que uma das piores consequências do discurso e da ação em nome da unidade da psicologia e da identidade do psicólogo seja a de afastar-nos do confronto com o "outro na sua alteridade": seja o outro caracterizado na diferença entre indivíduos e entre teorias, seja o outro em nós mesmos. A vitalidade e a criatividade em nosso trabalho, bem como em nossa existência, passa inevitavelmente por esse confronto com a alteridade.

Mas aqui, por outro lado, vale ressaltar que o confronto com a alteridade pressupõe algo que se apresenta idêntico a si mesmo e possa contrastar com o que é diferente, ainda que este idêntico a si venha a se transformar logo a seguir.

A experiência do que é diferente necessita, portanto, de alguma experiência de algo que seja igual. Não há diferença sem igualdade. Não posso ter a sensação de que algo se transformou em mim se não tiver, ao mesmo tempo, alguma noção de permanência, de que algo permaneceu ou permanece igual a mim. O problema, assim, talvez não seja a existência de uma identidade que se autoperciba como uma unidade, mas sim o fato de ela se perceber *exclusivamente como uma unidade*. O problema é não considerar que multiplicidade e unidade estão presentes simultaneamente na constituição da identidade. O entricimento da noção de identidade, como sendo exclusivamente uma unidade permanente, impede o reconhecimento da diferença, tanto "externa" quanto "internamente".

É claro que se a noção de identidade for usada apenas como sinônimo de unidade interna e externa, de unidade e igualdade de um grupo de pessoas que a princípio possuem a mesma formação e que se unem por intermédio da estagnação e resistência ao acolhimento das diferenças, tem que ser considerada como uma noção fadada ao desaparecimento. Mas identidade não precisa ser isso e só isso. Pode ser também considerada como certa referência que me mantém minimamente integrado e diferenciado no contato com o outro. Não radicalizo aqui nem integração, nem impermeabilidade. Identidade assim definida remete a um plano de constituição da subjetividade. Neste sentido, mesmo considerando a multiplicidade de elementos que estão simultaneamente presentes em mim (muitos deles contraditórios entre si), e mesmo considerando as mudanças que

sofro com o tempo, estou de alguma forma "apoiado" em certa experiência do que sou, e mais do que isso, preciso de alguma "referência coesiva" para que não me desagregue na doçntia "geléia geral", onde já não sei quem sou eu nem quem é o outro. Idealmente, o estado de dissolução e de mistura com o outro pode ser um recurso fascinante, mas do ponto de vista psicopatológico este estado está longe de ser saudável. Poder-se-ia argumentar que, neste caso, seria mais conveniente utilizar a noção de singularidade do que a de identidade. Por razões que ficarão claras a seguir, prefiro manter, no entanto, a noção de identidade. Mas quero deixar bem marcado que estabelecer como constituinte certa noção de identidade, que permita um efeito coesivo do ponto de vista da subjetividade, não quer dizer que se tenha que defender noções de essência e imutabilidade do ser, negando todo e qualquer acolhimento da diferença e das alteridades "internas" e "externas". Estas questões serão aprofundadas na última parte deste artigo.

Retornando às minhas colocações iniciais, quero reafirmar uma posição crítica com relação aos "tipos" que denominei de "técnicos" e "gurus de televisão". Continuo achando que é parte fundamental da atuação do psicólogo saber por que e como ele faz e atua com relação ao conhecimento, às pessoas e à cultura. Continuo achando preocupante que não se analise sempre e com rigor o fato de a psicologia ter se tornado, em grande parte, terra de todos e de ninguém. Que em nome desta ou daquela teoria psicológica possam ser defendidos princípios em clara contradição com os fundamentos destas próprias teorias. Mas nem por isso defenderia a idéia de uma *verdadeira psicologia* ou de uma *verdadeira identidade do psicólogo*. Neste sentido restrito, associado à noção de verdade, é o próprio conceito de identidade que precisa ser questionado. O pensamento psicanalítico, principalmente a partir do texto mais elaborado de Freud (1921) sobre o tema, "Psicologia das massas e análise do ego", vem mostrando a complexidade do estudo das diferentes concepções sobre os processos de identificação, que nos obrigam a colocar sobre outras bases a compreensão das "identidades" individuais e grupais, sua constituição e relação com os fenômenos sociais. Na tradição psicanalítica, de resto, como bem demonstra Souza (1994), o emprego da noção de identidade está em direta oposição com uma teoria que, a partir da afirmação do inconsciente, esfazela a idéia de unidade do psiquismo.

Com relação ao problema colocado neste artigo sobre a validade de se

buscar *uma* identidade do psicólogo e a unidade da psicologia penso, portanto, que ele estará longe de ser simples e de se resumir a uma discussão conceitual. Tampouco penso que ele possa ser resolvido por uma simples eliminação ou superação dos exageros cientificistas e das práticas charlatanistas. É evidente que não basta dizer: "com estes eu não me identifico", ou "estes não são verdadeiros psicólogos". Mas acho que ele também não se resolve apenas com a defesa incondicional das diferenças. Extremos criticáveis de atuações de psicólogos apenas exigem que nos defrontemos mais rigorosamente com o problema da crise de identidade da psicologia contemporânea e do psicólogo contemporâneo. Aceitação ou negação incondicional dessas formas de atuação não me parece resolver o problema.

Como lidar com a multiplicidade de campos de atuação e com a multiplicidade ética que caracteriza as diferentes formas de atuação? Como lidar com as diferenças sem recorrer a um discurso totalitário ou ingênuo, defendendo quer seja a unidade da psicologia, quer sejam as posições relativistas onde a cada um é dado o direito de fazer o que bem entende e desaja sob o nome de psicologia?

3

Feitas essas considerações e essas questões, gostaria de colocar agora em discussão a noção de *identidade em crise*. Não considero que haja nada de negativo na noção de uma identidade em crise. Pelo contrário, é assim que ela sempre deverá estar. Diferencio esta noção da que propõe uma *metamorfose da identidade*, onde a identidade seria o resultado de um processo contínuo de transformação social, como proposto por Bock (1991), em sua análise da profissão de psicólogo, a partir das colocações de Ciampa (1987). Esta noção procura, de alguma forma, aliar identidade a mudança, indivíduo a sociedade, mas se utilizando para isso de mudanças que ocorrem no tempo, no processo histórico. Penso em identidade permanentemente em crise, como a descrição da presença *simultânea* de identidade e diferença, de unidade e multiplicidade. Reconheço que é na tensão entre identidade e diferença e na tensão entre unidade e multiplicidade que é possível situar nossa subjetividade, nossa existência, o campo da psicologia e a atuação do psicólogo. A proposta do filósofo francês

Merleau-Ponty (1964), de uma *dialética sem síntese*, talvez possa nortear a discussão dessas questões. Apesar de certa resistência atual à noção de dialética como forma de pensamento, parece-me que a noção merleau-pontiana da dialética se mantém como um ótimo instrumento de leitura de situações complexas. Retirando da dialética a noção de evolução e progresso, Merleau-Ponty enfatiza a tensão permanente entre as polaridades como forma de ultrapassagem do dualismo. Em outro texto (Coelho Junior e Carmo, 1992), procuro mostrar que a noção de dialética que Merleau-Ponty propõe

mantém a oposição mas não realiza a superação através de uma síntese. Chamada de hiperdialética ou dialética sem síntese, tem como modelo a constante tensão entre polaridades, a constituição de uma latência entre pólos. O entrelaçamento, o espaço virtual, o *entre*, aparecem para o filósofo como o *locus* privilegiado onde o pensar filosófico precisa se situar. (p. 17)

Diante de oposições como identidade e diferença, não se trata nem de escolher um dos pólos nem de buscar uma síntese que ultrapasse a oposição.

Assim, sugiro que seja preciso conviver com esta tensão permanente entre identidade e diferença. Deste ponto de vista, me parece igualmente inadequado postular tanto a possibilidade de uma verdadeira identidade como afirmar que só existem as diferenças e a multiplicidade. Penso, portanto, a *identidade em crise* como a descrição possível de um movimento constante que se estabelece a partir da tensão entre polaridades. *Identidade em crise* não é síntese, nem uma noção que possa ser tomada como uma nova entidade. É a descrição de uma tensão e, por isso, aqui, *crise* não tem um sentido negativo, ao contrário, carrega em si uma postura dinâmica, afirmativa. Não se deve lamentar uma identidade em crise, mas sim afirmá-la. Crise só surge como algo negativo se se privilegia exclusivamente a noção de uma unidade permanente, imutável da identidade. Crise aqui é sinônimo de tensão criativa, de tensão produtiva. Penso que os processos criativos e críticos só são possíveis por meio do permanente confronto com a tensão que existe entre os pólos da identidade e da diferença, da multiplicidade e da unidade. Na identidade em crise há simultaneidade de identidade e diferença, de unidade e multiplicidade. Desta perspectiva não se trata de propor uma identidade que acolha a alteridade, mas sim de afirmar uma *identidade em crise*, que é simultaneamente identidade e alteridade, identidade e

diferença, unidade e multiplicidade.

Com estas considerações não espero ter respondido de forma direta qual deve ser a identidade do psicólogo contemporâneo, muito menos ter solucionado o complexo problema ético com o qual se defrontam as práticas psicológicas contemporâneas. Mas espero, sim, ter contribuído para recolocar o tema da identidade no campo predominante da discussão das diferenças. Identidade em crise e não identidade *em* diferença. Identidade em crise e não singularidade, noção que tende a desconsiderar o que há de comum, de semelhante entre diferentes subjetividades.

Há, possivelmente, uma inevitável sensação de desconforto em nos imaginarmos constantemente no fio da navalha. Uma identidade permanentemente em crise faz-nos pensar em uma tarefa insana, sem nenhuma perspectiva de um repouso tranquilo onde enfim pudéssimos dizer que ser psicólogo é *isso*, *nó isso* e *isso* para sempre. No entanto, neste caso, mas não só neste, repouso tranquilo é sinônimo de morte. Portanto, viva a identidade em crise do psicólogo. Viva a identidade dinâmica (em crise), porque naturalmente mutável. Reafirmando, para encerrar, me parece saudável não se poder agarrar nem uma identidade munificada, nem buscar uma diferença que costuma se mostrar apenas como reativa a essa identidade. É melhor uma *identidade em crise* do que estarmos sendo segmentos passivos da patrocinante produção de fármacos ou dos sedutores shows da mídia. Tampouco me parece útil para o psicólogo o papel de robô de teorias e métodos que muitos consideram, talvez por comodismo, "acima de qualquer suspeita". E também aqui é melhor afirmar uma *identidade em crise* do que sermos esses "técnicos" com contribuições convencionais, entediantes, repro-duzindo técnicas e procedimentos sem nenhuma postura crítica.

Notas

1. Tenho clareza do fato de que ao utilizar a expressão "inserção na cultura" corro o risco de me manter no nível da descrição genérica, desconsiderando a complexidade de um campo de estudo que possui noções bem mais específicas, como, por exemplo, a de *representação social*. A opção por "inserção na cultura" é muito mais por sua força descritiva e imagética do que por qualquer outra conotação que envolva

escollas teóricas ou epistemológicas. Por razões de ordem metodológica, seria também aconselhável estabelecer uma distinção mais evidente entre as formas de apreensão erudita e popular da inserção do psicólogo na cultura, mas isso ultrapassa as dimensões do presente artigo.

2. Neste sentido a atuação recente dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia na discussão sobre a legitimidade das ditas "práticas alternativas" foi, sem dúvida, uma tentativa de colocar em foco o problema das formas de "inserção na cultura" do psicólogo.

Referências bibliográficas

- Anais do I Encontro Interdisciplinar sobre Identidade (1983). In *Boletim do Grupo de Pesquisa sobre Identidade Social*. São Paulo, PUC-SP.
- BEINOST, J. M. (1981) "Facetas de la identidad". In Lévi-Strauss, C. (org.) *La identidad*. Barcelona, Petrel.
- BOCK, A. B. (1991) "Pensando a profissão de psicólogo. Eu caçador de mim". Dissertação de Mestrado. PUC-SP.
- CIAMPA, A. C. (1987) *A estória de Severino e a história de Severina*. São Paulo, Brasiliense.
- COELHO JUNIOR, N. e CARMO, P. S. (1992) *Mérelau-Ponty: Filosofia como corpo e existência*. São Paulo, Escuta.
- DELEUZE, G. (1968) *Difference et répétition*. Paris, PUF.
- DERRIDA, J. (1967) *L'écriture et la différence*. Paris, Seuil.
- ERIKSON, E. (1968) *Identity, youth and crisis*. New York, W. W. Norton.
- FIGUEIREDO, L. C. (1993) "Sob o signo da multiplicidade". In *Adernos de Subjetividade 1*.
- _____. (1996) *Revisitando as Psicologia's*. Petrópolis/São Paulo, Vozes/Educ.
- FREUD, S. (1921) "Massenpsychologie und Ich-Analyse". In *Studienausgabe*. Frankfurt, S. Fischer.
- GOFFMAN, E. (1963) *Stigma. Notes on the management of spoiled identity*. New

Jersey, Prentice-Hall.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. (1986) *Micropolitica — Cartografias do desejo*. Petrópolis, Vozes.

JAC OBY, R. (1975) *Social amnésia*. Boston, Beacon Press.

LÉVI-STRAUSS, (org.) (1981) *La identidad*. Barcelona, Petrel.

MERLEAU-PONTY, M. (1964) *Le visible et l'invisible*. Paris, Gallimard.

MOSCOVICI, S. (1961) *La psychanalyse — Son image et son public*. Paris, PUF.

NAFFAH NETO, A. (1994) *A psicoterapia em busca de Dioniso*. São Paulo, Escuta/Educ.

SOUZA, O. (1994) *Fantasia de Brasil. As identificações na busca da identidade nacional*. São Paulo, Escuta.

C O M U N I C A Ç Õ E S

OS ANEIS INSANOS DA ESPERA

Andréa França*

*“Com um grito, os pássaros fugiram
pela céu escuro, as pessoas se calaram,
meu sangue doí pela espera.”*

Mesa Selimovk

O filme *Antes da chuva* (*Before the rain*, 1993), do macedônio Milcho Manchevski, é dividido em três partes. A primeira, “Palavras”, conta a história de um jovem monge, Kiril, que fez voto de silêncio e vive num mosteiro isolado nas montanhas da Macedônia. Sua rotina é rompida com a invasão do seu dormitório, às escondidas, por Zamira, garota muçulmana perseguida e acusada de ter assassinado um pastor da aldeia. Kiril a esconde e, em função disso, será obrigado a abandonar o mosteiro. Foge com Zamira durante a noite e diz que partirão para Londres (“Tenho um tio que mora lá, um fotógrafo de guerra famoso”).

A segunda parte, “Rostos”, conta a história de uma editora de agência de fotografia, Anne, em Londres. Anne recebe a notícia que está grávida do ex-marido, ao mesmo tempo que é com Aleksandar, fotógrafo de guerra, que se relaciona no momento. Aleksandar acaba de retornar de uma viagem a trabalho onde afirma que viu muito sangue, morte, dor. Dentro de um táxi, diz para Anne que está cansado, que fez merda, que envelheceu, que matou... “Bosnia, El Salvador, Azerbaijão, Angola, Bel-fást. Que merda... A paz não é regra, é exce-

* Mestre em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ. Autora do livro *cinema em azul, branco e vermelho — A trilogia de Kieslowski*, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1996.